

QUESTÃO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS

Ana Paula Oliveira Silva de Fernandez ¹

Resumo: O presente trabalho se propõe a retomar o debate sobre os movimentos sociais no contexto das transformações societárias, situando a discussão diante da mundialização do capital e as novas configurações da questão social. Foram desenvolvidas reflexões a respeito dos desafios postos neste cenário para os movimentos sociais, tendo em vista as propostas e os projetos em curso que se configuram pela minimização do papel do Estado e os novos sujeitos políticos e atores sociais

Palavras-chave: mundialização do capital; questão social; movimentos sociais.

I – INTRODUÇÃO

Para compreender os movimentos sociais, na sociedade burguesa, em sua gênese e contemporaneidade, bem como as contradições que permeiam as transformações atuais nas relações sociais de produção, deve-se considerar os sujeitos políticos, atores e agentes sociais na construção de espaços públicos. Ou seja, é preciso identificar os avanços na proposição de políticas públicas relacionados às lutas dos movimentos sociais e o retrocesso na lógica das políticas implementadas recentemente, em tempos de retomada das políticas neoliberais, nos processos de expropriação dos direitos sociais da classe trabalhadora brasileira. Para tanto, é fundamental realizar uma leitura crítica a respeito das lutas sociais contemporâneas relacionando-as com as contradições do desenvolvimento do capitalismo.

Para analisar os movimentos sociais neste cenário, organizamos o trabalho em três partes. A primeira destina-se a contextualizar o desenvolvimento e o contexto da mundialização do modo de produção capitalista. Em seguida realizaremos apontamentos sobre as novas configurações da questão social, e

¹ Ana Paula Oliveira Silva de Fernandez - Estudante de Pós-Graduação - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - E-mail: anap.oliveirasilva@gmail.com

na terceira seção sobre os desafios postos para os movimentos sociais diante das transformações societárias apresentadas no contexto atual.

II – DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL E O CONTEXTO DE MUNDIALIZAÇÃO

A sociedade capitalista tem passado por metamorfoses, denominadas pelo processo de globalização. De acordo com Chesnais (1996) *apud* Behring (2003, p. 41) esse processo é denominado de *mundialização* da economia, com um *regime de acumulação mundial predominantemente financeiro*. Seria “uma nova configuração mundial do capitalismo mundial e dos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulamentação” (Chesnais *apud* Behring, 2003, p. 41).

A ação do Estado nesse processo é fundamental na atração de investimentos estrangeiros. A liberalização e a desregulamentação sob a orientação neoliberal caracterizam o processo de mundialização do capital, e a esfera financeira é a base de seu desenvolvimento. Neste processo no qual a esfera financeira não produz nada, a esfera produtiva é utilizada como posto estratégico na extração de renda.

Os programas de ajuste social, as privatizações, a liberalização monetária e financeira, a abertura das fronteiras, a exploração dos recursos naturais e a falta de investimento nos mercados internos são características da política de mundialização que é de oposição ao desenvolvimento nacional. Como afirma lamamoto (2008, p. 41) a respeito da mundialização, “o capital ao invés de voltar-se para o setor produtivo, é canalizado para o setor financeiro, favorecendo um crescimento especulativo da economia”.

Como afirma Anderson (1999) *apud* lamamoto (2008, p. 141), “se o projeto neoliberal surgiu como uma terapia para animar o crescimento da economia capitalista, para deter a inflação, obter a deflação como condição de recuperação dos lucros, fez crescer o desemprego e a desigualdade social”. A proposta é de cortar os gastos públicos para as políticas sociais determinando “ações pulverizadas, descontínuas, assistemáticas e focalizadas nos mais

pobres e miseráveis, ao lado da transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade” (OLIVEIRA, 2005, p. 19).

O *Padrão Neoliberal de Política Social* é proposto pelo Consenso de Washington, de estabilização monetária, abertura comercial e privatização através de diversas reformas. Preconiza a redução do Estado na área social, com ações focalizadas, fragmentadas e privatizadas, transferindo responsabilidades para sociedade civil. Há um apelo à solidariedade social que desenvolve ações de caráter assistencialistas, voluntário e filantrópico. “As políticas sociais passam a ser substituídas por programas de combate a pobreza”, que tratam de, segundo seus proponentes, “minimizar” os efeitos do ajuste sobre os “mais pobres” ou os “mais frágeis” (SOARES, 2003, p. 27)

Como analisa Mota (2004, p. 8-9),

A política de combate à pobreza aparece como política substitutiva do tratamento da questão social em termos distributivos. Novos mecanismos de consenso são estimulados, tais como a descentralização, as parcerias e a participação indiferenciada das classes. Junta-se a focalização e a responsabilização individual. Emergem parâmetros morais subordinados aos limites dos gastos sociais públicos. A questão social é despoliticizada; tensões sociais provocadas pelo não atendimento das demandas sociais coletivas passam a ser minimizadas através do atendimento a alguns grupos sociais pauperizados.

A primazia do Estado neste molde neoliberal é transferida para o mercado, enquanto centro articulador da vida social e política da sociedade, doutrinando através de preceitos de competitividade e de individualismo, transformando o cidadão de direitos em cliente consumidor. Ao adotar este eixo norteador de política, o Estado estrutura-se funcionalmente de forma reduzida na área social, esvaziando o papel do Estado enquanto implementador de políticas sociais universais.

O Estado neoliberal, no discurso, retira-se de sua função econômica, enquanto regulador, deixando a cargo do mercado tal regulação, mas fornece subsídios para expansão do capital. Enquanto que nas políticas sociais permanece o corte de gastos, desenvolvimento de paradigmas emergenciais, focalizados e sucateados no setor público.

A retirada do Estado enquanto provedor de políticas e programas sociais reflete na precarização dos serviços públicos e defasagem na cobertura, sendo crescente o número de desassistidos, aprofundando os níveis de desigualdades sociais. O direcionamento não redistributivo da política econômica, a cobertura não-universal das políticas sociais, de maneira geral, configuram as respostas as expressões da questão social com políticas compensatórias, focalizadas e emergenciais.

III – A QUESTÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

A questão social é um conjunto das

expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada por uma parte da sociedade, aumentando ainda mais a segregação, as desigualdades sociais (IAMAMOTO, 2006, p. 27).

Portanto, o pressuposto teórico-metodológico adotado é da contradição capital/trabalho como fundamento da sociedade burguesa e essência das expressões da questão social. Ademais, segundo Carvalho e Iamamoto (2008, p. 77), a questão social é a expressão do “processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado”. Portanto a questão social se reconfigura mediante ao contexto contemporâneo de mundialização do capital.

Com a crise dos anos 70 e a predominância do capital financeiro as formas de produção e de gestão do trabalho foram se alterando e deformando as relações entre Estado e Sociedade. A reestruturação produtiva no Brasil foi caracterizada pela desregulamentação e a abertura econômica, a privatização e desnacionalização das empresas, transformações tecnológicas e organizacionais, gerando em última instância a destruição de postos de trabalho.

Na produção, o padrão fordista-taylorista tolera altos níveis tecnológicos e de flexibilidade nas relações de trabalho. Nesse contexto de recessão e

desemprego a luta sindical se enfraquece. Aumenta a ocupação empregatícia por meio do trabalho informal, sem carteira assinada, por conseguinte, sem benefícios e direitos trabalhistas. As condições desse tipo de vínculo, são precárias e não contribuem para a previdência social.

A competitividade e concorrência alimentam a corrida pelos super-lucros ao reduzir custos, através de cortes salariais e benefícios sociais diretos e indiretos. Além do mais, as empresas exigem trabalhadores polivalentes e adotam a terceirização para captação de mais lucro.

A reestruturação produtiva afeta radicalmente a organização dos processos de trabalho: o consumo e gestão da força de trabalho, as condições e relações de trabalho, assim como o conteúdo do próprio trabalho. Envolve a intensificação do trabalho e a precarização das condições e dos direitos do trabalho (IAMAMOTO, 2008, p. 144).

Em resposta a uma *pseudocrise* fiscal do Estado, este tem reduzido suas ações, desfalecendo suas primazias, restringindo os gastos sociais, estabelecendo um processo de privatização do público, subordinado aos interesses econômicos e políticos dos organismos internacionais, do grande capital financeiro.

Segundo Iamamoto (2008, p. 144), é neste cenário, que a “velha questão social metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens”. A mundialização do capital além de acentuar os níveis de desigualdade e exploração, também reproduz amplamente a questão social no espaço mundial de acordo com a particularidades e peculiares a cada estado nacional. No Brasil, segundo pesquisa divulgada pelo IBGE “*Síntese dos Indicadores Sociais*” e publicizada pela *Folha* (VETORAZZO, 2017), cerca de 13,4 milhões de pessoas ainda vivem em pobreza extrema. Em contrapartida, segundo estudo sobre desigualdade social realizado pela Oxfam (ROSSI, 2017), seis brasileiros concentram a mesma riqueza que a metade da população mais pobre. O Estudo da Oxfam divulgou ainda que os 5% mais ricos detêm mesma fatia de renda que outros 95% da população; indicando que as mulheres ganharão como homens somente em 2047, e os negros como os brancos nos anos de 2089.

É neste cenário, diante dos elementos apresentados que debatemos a respeito da necessidade imprescindível de estudos constantes das

metamorfoses da questão social e sua relação com os movimentos sociais. É importante ressaltar os movimentos sociais como expressão das lutas das classes trabalhadoras, e portanto suas características estão vinculadas ao cenário histórico, político e econômico de cada sociedade. Neste sentido, seguimos para o debate sobre os desafios postos aos movimentos sociais, considerando a luta de classes como fundamento histórico-teórico das expressões da questão social e o desenvolvimento dos novos movimentos sociais.

IV - DESAFIOS POSTOS AOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

No modo de produção capitalista, a relação de exploração dominante é a exploração do trabalho pelo capital, na qual o produto do trabalho é expropriado do trabalhador. Desta forma, este modo de produção baseia-se na exploração de uma classe por outra, dos que detêm o capital sobre os que detêm apenas a força de trabalho.

De acordo com Lojkine (1981) *apud* Duriguetto (1996), a luta de classes não está restrita apenas na esfera da produção capitalista, porém está involucrada na sociedade e no aparelho estatal. Neste sentido, pensar os movimentos sociais é compreendê-los em um cenário de mudanças e transformações sociais, no qual as relações capitalistas se complexifica na realidade social. Portanto, assim como se configuram novos movimentos sociais também insurgem novos sujeitos sociais, e a centralidade na política do poder estatal convive em importância com as pequenas lutas sociais culturais.

Segundo Tourine (1989) *apud* Duriguetto (1996), na sociedade pós-industrial o foco dos movimentos sociais não estaria na contradição capital x trabalho mas nas coletividades, subjetividades e bens simbólicos. Baseando-se em Evers (1984), Duriguetto (1996) afirma que a valorização da política cederia lugar à apreensão do novo, do alternativo que emergiria desses Movimentos. Ou seja, na autonomia, autogestão, espontaneidade, configurando-se em espaço (ou construção) de uma contracultura.

Segundo Gohn (2008, p. 41), a discussão sobre os movimentos sociais na contemporaneidade está emergida na crise da modernidade e nas novas

formas de racionalidades. Observa-se a transição de paradigmas tendo em vista “a crise do paradigma dominante da modernidade, às transformações societárias decorrentes da globalização, às alterações nos padrões das relações sociais, dado o avanço das novas tecnologias, e às inovações que têm levado ao reconhecimento de uma transição paradigmática.”

Ainda no termos de Gohn (2008, p. 42), outras dimensões da realidade social começam a se destacar no campo de participação em lutas e movimentos sociais, “tais como as advindas do mundo das artes, do ‘mundo feminino’, das mulheres, do corpo das pessoas, das religiões e seitas, da cultura popular, das aprendizagens cotidianas pela via da educação não-formal.”

Sendo assim, as novas demandas exigem novas formas de organização, desafiando a produção teórica, considerando os efeitos da globalização e da internacionalização das lutas e conflitos sociais. Além da temática dos movimentos sociais não serem mais objetivo de estudo apenas da academia, as categorias de análise também se reconfiguram-se apresentando elementos da era digital, como as redes sociais. Neste sentido, o território enquanto categoria de análise é resignificado, e aspectos de identidade, subjetividade e cultura são, segundo Gohn (2008), elemento de construção de emancipações.

Neste cenário, podemos observar as lutas pelo reconhecimento das necessidades materiais e simbólicas humanas. Desta forma, as análises referentes aos novos movimentos sociais têm se configurado a partir da identidade cultural, das questões de gênero, raça/povos originários e nacionalidade (migração, imigração e refugiados). Porém, a análise classista referente as estruturas econômicas e as contradições/conflitos de classes sociais deve permanecer como referência teórico metodológica, reconhecendo a importância da cultura na construção da identidade dos novos movimentos sociais e considerando os impactos das transformações societárias nas novas configurações dos movimentos sociais.

Conforme Montañó e Duriguetto (2011), os chamados novos movimentos sociais emergem em meados do século XX e são vistos como alternativos aos movimentos de classe tradicionais e aos partidos políticos de esquerda, porém também têm por vezes objetivos complementos pelas lutas de classe dos

movimentos que enfrentam o capital no intuito de diminuir ou regulamentar a exploração.

Segundo Montaño e Duriguetto (2011), destacam-se duas abordagens teóricas na análise dos Novos Movimentos Sociais (NMS): a culturalista e a marxista. Na análise culturalista, os novos movimentos sociais se relacionam com as lutas urbanas, ecológicas, femininas e étnicas, se desvinculando das lutas de classes: “é valorizado, nessas abordagens, os processos sociais relacionadas à dinâmica interna das manifestações coletivas – as novas formas de sociabilidade e valores gerados” (DURIGUETTO e MONTAÑO, 2011, p. 331). Na perspectiva marxista sobre os NMS, a emergência dos novos movimentos sociais urbanos no Brasil,

do ponto de vista de sua inserção no processo político, enfatizou-se uma nova qualidade de conflitos de classe, na medida em que as reivindicações já não se dirigiam ao Estado, mas contra o Estado. Os Movimentos Sociais urbanos teriam, assim, um conteúdo transformador, que se materializa na unificação de seu discurso crítico (DURIGUETTO E MONTAÑO, 2011, p. 335)

Portanto, na atualidade existem novas e diversificadas formas de mobilização política, de ação e de estratégias organizativas. Verifica-se uma emergência de identidades coletivas, refletindo uma certa “politização” da sociedade e por conseguinte redefinindo a abrangência e o significado dos movimentos sociais. No entanto, para que as lutas não sejam fragmentadas é fundamental não perder de vista a emancipação humana.

Segundo Montaño e Duriguetto (2011), a condição social (classe em si) e a organização para a luta (classe para si) representam uma relação dialética do desenvolvimento das classes sociais e das determinações de “consciência” e as “lutas” de classes. É a realidade social que determina a consciência e é condição para que a luta revolucionária avance das reivindicações pontuais e fragmentadas para a transformação da sociedade.

Conforme afirma Gohn (2008), os movimentos sociais voltaram a ter visibilidade e centralidade, porém com pluralidade de causas, demandas, objetivos e projetos de sociedade. Em sua heterogeneidade e diversidade de atores sociais ou sujeitos políticos, redefiniram o pensar e o agir social,

redefiniram os atores sociais, suas identidades e a cultura política existente. A globalização econômica e cultural reconfiguraram os movimentos sociais e estabeleceram desafios no que se refere a dimensão política a ação coletiva com esses novos sujeitos. Na análise e compreensão da consciência histórica, “deve, sim, ser abandonada a visão de uma consciência histórica fixa e determinada, a ser incorporada por sujeitos inertes e passivos. Ao contrário, a consciência histórica é processual, elabora-se no jogo das tensões, trocas e posições dos sujeitos em cena” (GOHN, 2008, p. 71).

Neste contexto, Alvarez *et al* (2000) alerta que no neoliberalismo a cidadania pode ser classificada como “uma sedutora integração individual ao mercado”, eliminando direitos sociais e políticos consolidados. Portanto, é fundamental que os movimentos sociais estendam a política cultural às arenas políticas representativas formais, lutando contra as concepções reducionistas da democracia e da política.

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os novos movimentos sociais apresentam heterogeneidade e diversidades constitutivas, porém é fundamental fortalecer a perspectiva de classe social, tendo em vista o desenvolvimento do modo de produção capitalista. É preciso realizar o processo de análise e síntese a partir da teoria social crítica na qual as lutas sociais configuram e determinam os novos elementos dos movimentos sociais, compreendendo a complexidade e os fundamentos complementares existentes entre os movimentos sociais clássicos e os novos movimentos sociais.

Portanto na contemporaneidade, é necessário compreender as lutas sociais, reeditadas no atual momento histórico, na perspectiva da totalidade social, considerando as determinações econômicas, sociais e políticas, os interesses antagônicos e as reestruturações do modo de produção capitalista.

VI - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, S. E. DAGNINO E. & ESCOBAR, A.(orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos (novas leituras)**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2000.

BEHRING, E. R. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São. Paulo: Cortez, 2003.

CARVALHO, R. de. IAMAMOTO, M. V.. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DURIGUETTO, M. L. **A temática dos movimentos sociais e a sua incorporação no Serviço Social**. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. Mimeo.

GOHN, M. da G.. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola,2008.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

_____, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MONTAÑO, C. & DURIGUERTTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, A. E., **Seguridade Social no cenário brasileiro**. In Revista Agora: Políticas Públicas e Serviço Social, Ano 1, nº 1, outubro de 2004 – ISSN – 1807-698X. Disponível em <http://www.assistentesocial.com.br>

OLIVEIRA, I. M., **Assistência Social Pós- LOAS em Natal: a trajetória de uma política social entre o direito e a cultura do atraso**. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social). PUC/ São Paulo.

ROSSI, M. **Seis brasileiros concentram a mesma riqueza que a metade da população mais pobre** [online]. *El País (São Paulo)*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/22/politica/1506096531_079176.html. 25 de setembro de 2017.

SOARES, L. T., **O desastre social**. Coleção Os porquês da desordem mundial – mestres explicam a globalização; São Paulo: Record, 2003.

VETARAZZO, L. **Cerca de 13 milhões ainda vivem em pobreza extrema no Brasil, diz IBGE**[online]. *Folha (Rio de Janeiro)*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/12/1943549-cerca-de-13-milhoes-ainda-vivem-em-pobreza-extrema-no-brasil-diz-ibge.shtml>. 15 de dezembro de 2017.